

Acordo ortográfico: visão global¹

Prof. Edite Prada

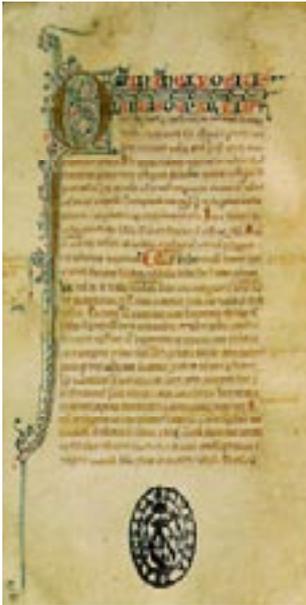


Imagem 1: Gramática De accentibus

Segundo notícias que têm vindo a lume, em janeiro deste ano deu-se início ao processo de entrada em vigor do novo acordo ortográfico, passando, gradualmente, os documentos oficiais a ser escritos segundo as novas regras, às quais, paulatinamente, todos vamos ter de nos adaptar.

Não se pense, no entanto, que essa adaptação é pacífica. Não! Levanta dúvidas e cria descontentamento. Têm sido muitas as vozes que se têm erguido quer contra, quer a favor, tal como aconteceu com acordos e em momentos anteriores. Com efeito, a necessidade de uma ortografia – *Arte de escrever e pronunciar com acerto a lingua Portuguesa*, como diz João de Moraes Madureira Feijó, em 1734 – é reconhecida por muitos estudiosos, sobretudo a partir do Renascimento.

Mas nem sempre a ortografia foi interpretada da mesma forma. Durante a **Idade Média**, a escrita era sobretudo **fonética**, ou seja, os escribas tentavam registar por escrito os sons que ouviam. Não havia regras comuns, mas havia situações novas, diferentes das que o Latim – língua de aprendizagem escrita desses escribas – continha e que implicavam uma tomada de posição e uma opção de escrita, muitas vezes individual. Por essa razão, é possível encontrar palavras escritas das mais diversas formas. Igreja, por exemplo, ocorre como: *ygreja, eygreya, eygleyga, eigreia, eygreia, egregia*; e para homem poder-se-ão encontrar as variantes: *home, homee, ome, omee*.

Durante o período do **Renascimento**, alguns estudiosos interessaram-se por este assunto e recorreram ao Latim e ao Grego para definir uma regra de escrita, ou ortografia, com base na etimologia. É o **período etimológico** da ortografia portuguesa, que alguns designam de **pseudo-etimológico** por nem sempre se ter respeitado a etimologia. Esta opção implicou a introdução de letras existentes (e às vezes imaginadas) em radicais gregos e latinos. Passa a escrever-se *pharmacia* (farmácia), *chimica* (química), *theatro* (teatro), etc.

A forma etimológica, se teve defensores que se esforçaram por definir regras e critérios para a sua boa aplicação (sem muito sucesso), começou a ter críticos, sobretudo durante o séc. XIX e início do séc. XX. Em 1825, no *Prefácio* ao seu poema *Camões*, que pode ser consultado na Biblioteca Nacional Digital, em http://purl.pt/16/3/cam-423-p_PDF/cam-423-p_PDF_08-G-R0072/cam-423-p_0000_rosto-217_t08-G-R0072.pdf, diz Garrett:

Sôbre orthographia (que é força cada um fazer a sua entre nós, por que não a temos) direi só que segui sempre a ethymologica em razão composta com a pronúncia; que accentos, só os puz onde, sem eles, a palavra se confundiria com outra; e que de boamente seguirei qualquer methodo mais accertado, apenas haja algum geral, e racionável em portuguez: o que tam fácil, e simples seria, se a nossa academia, e governo em tam importante cousa se empenhassem.

Almeida Garrett, *Camões*, 1825.



Imagem 2: Gramática Osbernus de Gloucester, fl 1150

Numa tentativa de alterar o caos ortográfico, que se mantinha, Gonçalves Viana e Guilherme Abreu lançam, em outubro de 1885, as *Bases da Ortografia Portuguesa*, de distribuição gratuita. Essa bases, disponíveis em <http://purl.pt/437/6/1->

¹ Este texto procura seguir as normas do novo acordo.

11025-5-v_PDF/1-11025-5-v_PDF_T-C/1-11025-5-v_tT-C.pdf, apresentam soluções radicais e muito mais inovadoras do que as que se encontram em todos os acordos ortográficos que “povoam” o século XX. Previām, por exemplo, que o som /3/, como o j de janela, se escrevesse sempre com j:

Carecemos de caracteres próprios para distinguir na escrita as articulações _j_(_a_), _g_(_e, i_), _j_(_o, u_), nas palavras _Jacob, Jeremias, José, Jesus, Jutlandia, Jerusalem, geme, gemer, gentes, gymnasio, Gil_ ; etc.; e é certo que não podemos, tão pouco, distinguir _Guilherme, guerra, garra, gume_ , causando estranheza invencível especial para a conjugação dos verbos em (_-ger, gir_) _-jer, -jir_ . l a grafia _Geremias, Gesus_ e ficando ainda infiel _gemer, geral_ , e sempre em contradição com uma pronúncia _Gèrusalém_ ou _Jerusalém_ ; tendo nós, pois, de escrever _Jeremias, Jesus_ , adoptámos o símbolo _j_ para os fonemas articulados das sílabas _ja, jo, ju, ge, gi_ , e por êste sistema gráfico evitamos também regra especial para a conjugação dos verbos em (_-ger, gir_) _-jer, -jir_ .

Bases da Orthografia Portuguesa, II-b), 2.º.



Imagem 3: Gramática Papias, 10 --



Letreiro no Porto, escrito antes da reforma ortográfica de 1911. Foto de Manuel de Sousa, disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Placa_pre-1911_\(Porto\).jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Placa_pre-1911_(Porto).jpg)

A consciência de que era necessário simplificar e regular a ortografia foi crescendo ao mesmo tempo que se tornava evidente a importância de difundir o ensino e de combater o analfabetismo. Com este intuito, o governo da recém-implantada República

Portuguesa nomeia uma comissão constituída por Gonçalves Viana, Carolina Michaëlis, Cândido de Figueiredo, Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos, Gonçalves Guimarães, Ribeiro de Vasconcelos, Júlio Gonçalves Moreira, José Joaquim Nunes, Borges Grainha e Augusto Epifânio da Silva Dias. Do trabalho desta equipa nasceu a *Reforma Ortográfica*, também conhecida por *Reforma de Gonçalves Viana*. O relatório desta Reforma foi publicado no *Diário de Governo*, n.º 213, de 12 de setembro de 1911.

Foram profundas as alterações introduzidas, que implicaram:

- simplicação dos dígrafos de origem grega: *pharmacia* passou a escrever-se *farmácia*, *theatro* passou a *teatro*, etc.;
- passagem de y a i: *lyrio*, passou a escrever-se *lírio*, etc.
- simplicação de consoantes geminadas no radical latino, como em *innocente*, *immortal*, que passaram, respetivamente, a *inocente*, *imortal*;
- queda de algumas consoantes mudas, como em *sancto*, *prompto*, *damno* e *escripta*, respetivamente *santo*, *pronto*, *dano* e *escrita*;
- introdução de acentuação mais sistemática, nomeadamente nas palavras esdrúxulas.

Reações

Não se pense que alterações tão significativas foram recebidas sem protesto. Não! Sendo, outrora como hoje, a língua o espaço dos afetos e havendo uma clara e cimentada ligação de todos os alfabetizados à palavra, muitos foram os que contestaram as mudanças:

Imagem esta palavra phase, escripta assim: fase. Não nos parece uma palavra, parecemos um esqueleto (...) Affligimo-nos extraordinariamente, quando pensamos que haveríamos de ser obrigados a escrever assim!

Alexandre Fontes, *A Questão Orthographica*, Lisboa, 1910, p. 9.

Na palavra lagryma, (...) a forma do y é lacrymal; estabelece (...) a harmonia entre a sua expressão gráfica ou plástica e a sua expressão psicológica; substituindo-lhe o y pelo i é ofender as regras da Estética. Na palavra abysmo, é a forma do y que lhe dá profundidade, escuridão, mistério... Escrevê-la com i latino é fechar a boca do abysmo, é transformá-lo numa superfície banal.

Teixeira de Pascoais, in *A Águia*, citado por Francisco Álvaro Gomes, *O Acordo*



Imagem 4: Gramática Papias, 10 --

... odeio, com odio verdadeiro, com o unico odio que sinto, não quem escreve mal portuquez, não quem não sabe syntaxe, não quem escreve em orthographia simplificada, mas a pagina mal escripta, como pessoa própria, a syntaxe errada, como gente em que se bata, a orthographia sem ípsilon, como escarro directo que me enoja independentemente de quem o cuspiisse.

Bernardo Soares (Fernando Pessoa), *Livro do Desassossego*.



Imagem 5: Sala de Aula

A Reforma Ortográfica de 1911, apesar da sua grande relevância - pela sistematização que introduz na ortografia da língua portuguesa - acaba por abrir um fosso entre as grafias das, então, duas nações lusófonas: Portugal e o Brasil. Com efeito, ainda que tivesse constituído, em 1907, uma comissão cujo objetivo era simplificar a ortografia, seguindo de perto o texto da equipa portuguesa, o Brasil não aderiu à Reforma de Gonçalves Viana, continuando a usar a ortografia etimológica até à publicação do Vocabulário de 1943.

Ao longo do século XX foi-se assistindo a tentativas várias, no sentido de uniformizar a grafia nos dois países. Essas tentativas têm tido menos sucesso do que se esperaria, muito porque as perspetivas subjacentes divergem, como nos diz Guilherme Ribeiro, num artigo intitulado *Apontamentos sobre a história da evolução da língua*, disponível em: http://esjmlima.prof2000.pt/hist_evol_lingua/R_GRU-J.HTML (acesso em 24-10-2009):

É visível o interesse que ambos os países sentem em encontrar uma norma ortográfica comum. Tal já vem a ser demonstrado desde 1907, ano em que a Academia Brasileira de Letras, sob a orientação de nomes ilustres, como Euclides da Cunha, Rui Barbosa e outros, projectava uma reforma idêntica à defendida por Gonçalves Viana. Mas o facto da [sic] reforma de 1911 ter sido feita sem qualquer intervenção do Brasil, motivou que, durante anos, os dois países utilizassem ortografias completamente diferentes (Portugal, com a ortografia moderna e o Brasil ainda com a ortografia pseudo-etimológica).

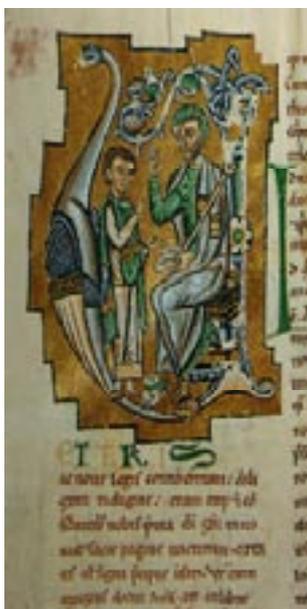


Imagem 6: Mestre e discípulos

As ações conducentes à uniformização que, espera-se, o acordo de 1990 atingirá, começaram - ou prosseguiram, se tivermos em conta que um primeiro contacto ocorreu em 1907, e depois em 1914 - em 1924, com uma reunião da Academia Brasileira de Letras e da Academia de Ciências de Portugal. Continua Guilherme Ribeiro:

Em 1931, chegaram a um acordo preliminar, dando-se assim alguns passos na convergência ortográfica entre os dois países. Mas os Vocabulários publicados em 1940, pela Academia das Ciências, e, em 1943, pela Academia Brasileira de Letras, continham ainda algumas divergências.

Em 1943 decorreu uma Convenção Ortográfica, que, em Portugal, deu origem ao Acordo Ortográfico de 1945. Este acordo foi oficializado pelo governo português através do Decreto n.º 35 228, de 8 de dezembro, mas não foi ratificado pelo Congresso Brasileiro. Na prática, nenhum país adotou a totalidade das bases que compõem este acordo, tendo cada um introduzido uns aspetos e preterido outros. A título de exemplo, o Brasil acabou por deixar cair as consoantes mudas. Portugal deixou cair o trema e o acento gráfico em ditongos **ei**, tónicos e graves, como em ideia.

Os encontros com vista à uniformização foram prosseguindo (1971, 1973-1975 (foi assinado um acordo que não entrou em vigor devido ao 25 de Abril), 1986 e 1990).

Acordo de 1990

O Acordo de 1990 que, finalmente, entrou em vigor no início deste ano de 2010 segue de perto, quer na estrutura, quer no conteúdo, o acordo ortográfico de 1945. Aqui e ali há aspetos mais desenvolvidos ou mais bem arrumados, fruto, talvez, de um amadurecimento, ou da tomada de consciência de que nem as coisas mais aparentemente evidentes o são na verdade. Estou a pensar, por exemplo, na denominação das letras do alfabeto. Poderia dizer o mesmo das

regras de acentuação, ou do uso do hífen. Tem menos bases (51 em 1945 e 21 em 1990), não por terem diminuído os aspetos focados, mas porque no novo acordo foram reorganizados os temas no interior de cada uma das bases.

Podemos dividir o acordo ortográfico em quatro grandes áreas:

1 – Alfabeto e grafia - bases I a VII

- **Base I:** do alfabeto e dos nomes próprios estrangeiros e seus derivados
- **Base II:** do *h* inicial e final
- **Base III:** da homofonia de certos grafemas consonânticos
- **Base IV:** das sequências consonânticas
- **Base V:** das vogais átonas
- **Base VI:** das vogais nasais
- **Base VII:** dos ditongos

2 – Acentuação – bases VIII a XIV

- **Base VIII:** da acentuação gráfica das palavras oxítonas
- **Base IX:** da acentuação gráfica das palavras paroxítonas
- **Base X:** da acentuação das vogais tónicas/tônicas grafadas *i* e *u* das palavras oxítonas e paroxítonas
- **Base XI:** da acentuação gráfica das palavras proparoxítonas
- **Base XII:** do emprego do acento grave
- **Base XIII:** da supressão dos acentos em palavras derivadas
- **Base XIV:** do trema

3 – Uso do hífen – Bases XV a XVII

- **Base XV:** do hífen em compostos, locuções e encadeamentos vocabulares
- **Base XVI:** do hífen nas formações por prefixação, recomposição e sufixação
- **Base XVII:** do hífen na ênclise, na tmese e com o verbo haver

4 – Diversos – XVIII a XXI

- 4.1 – Apóstrofo - XVIII
- 4.2 – Uso de minúsculas e maiúsculas - XIX
- 4.3 – Divisão silábica - XX
- 4.4 – Assinatura e firmas - XXI

1 – Alfabeto e grafia - bases I a VII

As alterações mais significativas para o português europeu – e que têm, aliás, desencadeado a maioria dos protestos, ou, pelo menos, sido usadas, por vezes com algum exagero, pelas pessoas que não concordam com o novo acordo – situam-se nesta parte. Algumas sem fundamento, pois, por exemplo, o uso do *h* (base II) não sofre alterações, contrariamente ao que, por vezes, se vê escrito.

Na base I, consagra-se a reintrodução das consoantes *k*, *y* e *w* sem que, todavia, se alargue consideravelmente a sua aplicação, que continua restringida a palavras estrangeiras e suas derivadas. No entanto, a sua inclusão poderá deixar em aberto a introdução de um considerável número de duplas grafias, se alguns países lusófonos optarem por representar o som /k/ com a consoante correspondente. Surgem já no *Vocabulário Ortográfico* da Porto Editora as palavras *kizomba* e *quizomba*, sem, do meu ponto de vista erradamente, serem dadas pistas sobre a geografia desta utilização. As duas grafias ocorrem igualmente no *Vocabulário Ortográfico* do Instituto de Linguística Técnica e Computacional (ILTEC), disponível em <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/index.php?sel=exact&query=kizomba&action=simplesearch&base=form>. Todavia, aí é dada indicação da distribuição geográfica das duas grafias, indicando-se *Kizomba* como grafia angolana.

As alterações centram-se na base IV, que prevê a queda das consoantes



Imagem 7: Cancioneiro da Ajuda



Imagem 8: Dinis, Rei de Portugal, 1261-1325

mudas *c* e *p*. Essas consoantes caem desde que não sejam pronunciadas. Assim, palavras como *facto* na locução «de facto» vão manter a consoante, pois ela é pronunciada... Na prática, e segundo informações do ILTEC, partindo de um estudo com base num conjunto de 137 000 palavras, 1,55% sofrem supressão destas consoantes. A distribuição do número de palavras em que ocorre a queda é a seguinte:

Queda de c	n.º	Queda de p	n.º
cc	208	pc	45
cç	139	pç	35
ct	2127	pt	933
Total		3487	

Porque, na sequência da adaptação que se foi efetuando, no Brasil foi já eliminada a grande maioria das consoantes nesta situação, esta é uma medida que será sentida sobretudo no português europeu (PE). Haverá, todavia, situações em que no PE se pode perder a consoante que vai ser mantida no português do Brasil (PB). É por exemplo o caso de *perceptível*, cujo *p* é pronunciado no Brasil. Por outro lado, há um conjunto de palavras que vai ter dupla grafia por queda, no Brasil, de *b*, *g*, *m*, e *t*, em sequências como *bd* (súbdito - Br: súdito); *bt* (subtil - Br: sutil); *gd* (amígdala - Br: amídala); *mn* (amnístia - Br: anístia); *tm* (aritmética - Br: arimética).

Com base no mesmo conjunto de 137 000 palavras, 0,3% de palavras com estas características vão ter dupla grafia:

bd	bt	gd	mn	tm	Total
141	73	23	147	73	457

Gostaria de salientar que o acordo de 1990 não é o primeiro a eliminar consoantes mudas. Já em 1911 elas caíram, por exemplo, em palavras como *práctica*, *sancto*, *assumpto*, etc. Aliás, tal como aconteceu nessa altura, nas sequências *mpt* (peremptório), *mpç* (assumpção) e *mpc* (assumpcionista), a queda do *p* vai implicar a transformação do *m* em *n*: *perentório*, *assunção* (já existente, aliás...), *assuncionista*, *respetivamente*.

Na base VII, que se refere aos ditongos, surge a consagração das sequências com consoante nasal como ditongos, na terceira pessoa do plural dos verbos e noutros casos em que, efetivamente, o que se pronuncia é um ditongo e não uma vogal nasal: *bem /ãj/*, *também /ãj/*; *falam /ãw/*, etc...

2 - Acentuação - bases VIII a XIV

Nesta parte do acordo concentra-se o maior número das situações de dupla grafia. Com efeito, a acentuação gráfica tem em princípio três funções:

- assinalar a sílaba tónica;
- identificar o timbre (aberto ou fechado) da vogal;
- retirar a ambiguidade em palavras homógrafas.

Os casos de dupla grafia situam-se sobretudo no âmbito da alínea b), pois há situações em que uma dada vogal é aberta - *e*, conseqüentemente, marcada com sinal gráfico que indica essa abertura (acento agudo) - em Portugal e fechada no Brasil, sendo esse fechamento assinalado com acento circunflexo. Esta situação ocorre com palavras agudas (*bebé* - *bebê*), graves (*Fénix* - *Fênix*) ou esdrúxulas (*anónimo* - *anônimo*).

A par das duplas grafias, há algumas palavras em que o acento vai cair:

a) nos ditongos tónicos *oi* e *ei*, quando em posição paroxítona, ou grave (em Portugal já não se colocava o acento no ditongo *ei*...). Assim, *jóia* passa a escrever-se *joia* e os brasileiros deixam de escrever *idéia* e passam a escrever *ideia*, etc... Isto, saliente, acontece com as palavras graves, desde que a estrutura da palavra não exija a explicitação do acento gráfico, como acontece em palavras terminadas em *l*, *r*, *z*, *x*, e *n*, o que leva a que palavras como *géiser* e *Poséidon* mantenham o acento gráfico. Nas palavras terminadas em ditongo agudo não há

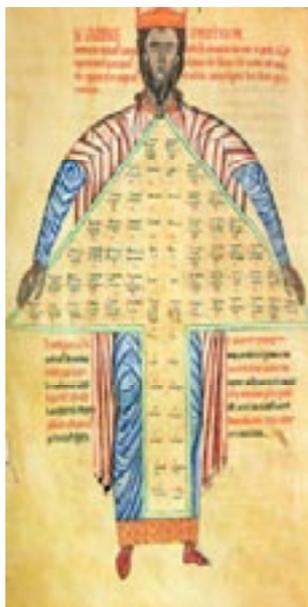


Imagem 9: *Etymologiae* - Isidoro de Sevilha Santo, ca 560-636

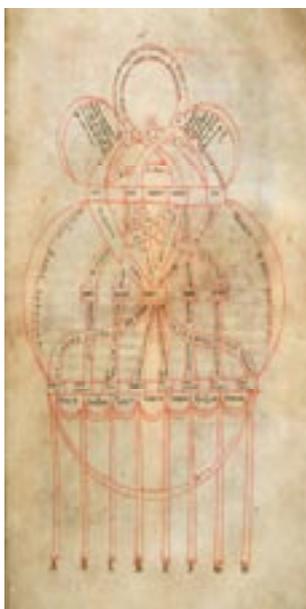


Imagem 10: *Etymologiae* - Isidoro de Sevilha Santo, ca 560-636

alteração: caracóis, papéis, etc.

b) nas formas verbais em que ocorrem duas vogais iguais seguidas a vogal tónica deixa de ser acentuada. Lêem, passa a leem, dêem, a deem, etc. Como já acontece com voo, enjoo, perdoos...

c) as formas verbais gu, qu, deixam de ter acento. Delinquíis, argúis, etc. passam a delinquis, arguis... Esta situação implica, segundo se diz na *Nota Explicativa do Acordo Ortográfico*, ponto 5.4.4, que a primeira pessoa do pretérito perfeito, que é aguda, haja acento gráfico: «Tais formas só serão acentuadas se a sequência ui não formar ditongo e a vogal tónica for i, como, por exemplo, arguí (1.^a pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo).» É um dos casos em que importa estar atento à decisão dos dicionaristas, ou autores dos vocabulários, uma vez que, neste momento, essa forma não tem acento gráfico. Além disso, na base de dados do Portal da Língua Portuguesa, que dá acesso ao Vocabulário Ortográfico e que permite a conjugação dos verbos, este acento não está presente, embora todas as outras alterações previstas no acordo já sejam contempladas.

d) desaparece o acento tónico em vogais i e u quando ocorrem a seguir a um ditongo: baiuca; taoismo, etc.

e) desaparece o acento que desambiguava algumas palavras: pára, pêlo, péla e pólo passam a para, pelo, pela, polo, sendo o contexto que vai permitir a escolha da pronúncia adequada a cada situação. O caso de pêra, nome e pera, preposição, não é explicitado. Todavia, no Vocabulário da Porto Editora ocorrem ambas sem acento.

f) Mantém-se o acento discriminatório em formas verbais como pode - pôde; demos - dêmos, etc. Mantém-se também para distinguir a preposição por do infinitivo do verbo pôr. Na primeira pessoa do plural do pretérito perfeito dos verbos da primeira conjugação esse acento é facultativo. O vocabulário do ILTEC, dá, na conjugação, conta destas situações.



Imagem 11: Vocabularium

3 - Uso do hífen - Bases XV a XVII

Composição

As bases que tratam o problema do hífen procuram, ainda que com alguma leveza aqui e ali, digamos assim, sistematizar o uso do hífen de forma mais organizada do que ocorre atualmente. Todavia, a leveza de que falei permite interpretações que, na prática, sendo embora fugas ao texto do acordo, poderão contribuir para uma efetiva sistematização daquela que é, podemos dizê-lo, a mais pantanosa área da ortografia da nossa língua. Há, todavia, um risco nesta inovação, em si positiva: a tradicional (até me apetece dizer fatal, ou seja decidida pelos Fados...) incapacidade de dialogar e decidir em conjunto que parece dominar-nos. E, assim, vemos nascer vocabulários... Primeiro o brasileiro esquecendo aqui e ali esta margem do Atlântico; depois os que por aqui vão germinando. É o Vocabulário Comum, esse, nem em semente parece existir... Bom, considerações à parte, as mudanças relativamente ao uso do hífen ocorrem sobretudo no âmbito da derivação.

Sistematizando, segundo o texto do acordo, o hífen mantém-se nos compostos (base XV) constituídos:

- dois nomes: ano-luz; navio-escola;
- um nome e um adjetivo: guarda-noturno; amor-perfeito;
- dois adjetivos: surdo-mudo; luso-brasileiro;
- um verbo e um nome: guarda-chuva; conta-gotas;
- um numeral e um nome: segunda-feira; primeiro-ministro;
- advérbio bem ou mal e adjetivo ou verbo: bem-vindo; mal-humorado, bem-estar.

Há algumas situações em que o hífen se perde: mandachuva, paraquedas. Há também, situações em que o advérbio bem já se aglutinou: benquerença; benfazejo, etc. Com o advérbio mal ocorre aglutinação se a palavra começar por consoante: mal-estar, mas maldisposto.

Mantém-se também o hífen com os elementos de ligação grã (grã-duquesa), grão (grão-mestre), além (além-mar), aquém (aquém-mar), recém (recém-chegado) e sem (sem-cerimónia). O *Vocabulário* da Porto Editora inclui aqui *quase* (quase-delito) e *não* (não-agressão). No entanto, O Vocabulário da Academia Brasileira de Letras não introduz estes dois elementos (não e quase) no domínio



Imagem 12: Vocabularium

das palavras com hífen, seguindo, aqui, o texto do acordo. O ILTEC não associa hífen ao advérbio **não** e contém uma única palavra em que a **quase** se liga com hífen um nome: (quase-delito).

Nas locuções, como jardim-de-infância, educador de infância, a proposta do acordo é manter o hífen nos casos em que o seu uso está generalizado. Caso contrário, não se coloca hífen, exceto se designam espécies botânicas ou zoológicas. Porém, a interpretação que está a surgir nos vocabulários não é coincidente com o texto do acordo, pois está a ser retirado o hífen em locuções nas quais se usava. Por essa razão, é preciso estar atento aos documentos que forem surgindo, e, sobretudo, àqueles que o governo do nosso país considerar como oficiais.

Coloca-se também o hífen em compostos ocasionais, como por exemplo, Lisboa-Porto.

Derivação

As palavras derivadas são as que sofrem uma maior sistematização e redução relativamente ao uso do hífen. Na base XVI, a regra geral é a eliminação do hífen, com prefixos e pseudoprefixos. Excetuam-se algumas situações:

a) emprega-se o hífen sempre que o prefixo terminar com a mesma letra que inicia a palavra a que se liga, ou quando esta começa com h: anti-higiénico; anti-inflamatório, hiper-regulamentado. Excetuam-se os prefixos **co**, **pro átono** e **pre átono**, que se aglutinam sempre: cooperação, proeminente, preencher, preestabelecido. Não é referido no texto do acordo, mas, pelo seu comportamento constitui igualmente exceção o prefixo **re**, que também costuma aglutinar-se: reenviar, refazer, etc. Um dos exemplos de uso do hífen com palavras começadas por h é co-herdeiro. Esta palavra, explicitamente registada no texto do acordo, poderá vir a originar dupla grafia, pois no vocabulário brasileiro não é tida em conta a grafia co-herdeiro, sendo registado coerdeiro. No Vocabulário da Porto Editora, por seu lado, são registadas as duas formas: coerdeiro, por analogia com coabitar, e co-herdeiro. No do ILTEC apenas se regista co-herdeiro.

Sempre que o prefixo terminar em vogal e a palavra a que se liga começar com **s** ou **r**, esta consoante dobra, com o objetivo de manter a pronúncia: microssistema, antirreligioso;

b) se o prefixo terminar em **m** ou **n** e o segundo elemento começar por **vogal**, **m**, ou **n**, emprega-se igualmente o hífen: pan-americano; circum-navegação;

c) mantêm-se o hífen com os prefixos sota (sota-piloto), soto (soto-mestre), vice (vice-presidente), vizo (vizo-rei), pré (pré-escolar), pós (pós-graduação) e pró (pró-seleção).

A base XVII refere-se ao uso do hífen com formas verbais e a inovação prende-se com o desaparecimento do hífen que tem ligado a preposição **de** ao verbo haver: hei de, hás de, hão de...

4 - Diversos - XVIII a XXI

Agrupámos sob o título *Diversos* quatro aspetos, cada um tratado numa base. Aquela cuja referência é relevante por haver algumas alterações é a base XIX, que regula o uso das maiúsculas e das minúsculas.

Passam a grafar-se com minúscula:

- os dias da semana, dos meses e das estações do ano;
- os termos fulano, sicrano, etc.
- os pontos cardiais, exceto quando usados de forma absoluta: Norte, por norte de Portugal.

Grafam-se opcionalmente com maiúscula ou minúscula:

- os títulos dos livros (sempre com a primeira letra e os nomes próprios em maiúscula...): *As pupilas do senhor reitor* ou *As Pupilas do Senhor Reitor*. Seja qual for a opção, os títulos deverão escrever-se em itálico.
- os nomes das áreas do saber: português ou Português; matemática ou Matemática;
- nos axiónimos: senhor doutor Manuel, ou Senhor Doutor Manuel;
- nos hagiónimos: santo António, ou Santo António;



Imagem 13: *Vocabularium*



Imagem 14: *Portugal, leis, decretos, etc.*

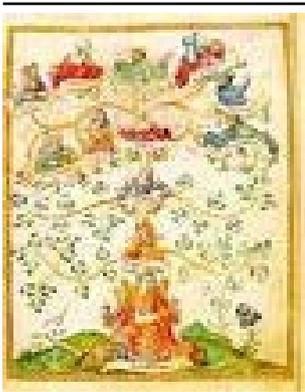


Imagem 15: *Árvore da Gramática*



Imagem 16: *Rosto da Gramática de Fernão de Oliveira*



Imagem 17: *Gramática atribuída a João de Barros*

e) a designação dos logradouros públicos: rua da Liberdade, ou Rua da Liberdade.

Em relação ao uso das maiúsculas não há alterações a não ser as que estão descritas no uso das minúsculas.

Como se diz em nota ao título, procurei, na grafia, seguir o novo acordo. A falta de treino deve ter-me traído pelo meio... As dificuldades que senti, todos as vamos sentir durante algum tempo. No entanto, estão já a surgir materiais que podem ajudar-nos. O *Vocabulário da Porto Editora* está disponível *on-line*, gratuito, na *Infopédia*, onde é igualmente possível consultar, também gratuitamente, duas versões do dicionário da Porto Editora, uma com a grafia anterior ao acordo, outra com a grafia atualizada. Também o ILTEC, no *Portal da Língua Portuguesa*, tem disponibilizados, além do vocabulário, diversos documentos de grande utilidade. Apresenta, no entanto, soluções inovadoras que poderão causar problemas e face às quais importa estar atento. O dicionário *on-line* da *Priberam* contém também já, na sequência da definição da palavra pesquisada, a sua nova grafia, caso a haja. A *Porto Editora* disponibiliza ainda uma outra página intitulada *Português exato*, em: www.portuguesexato.pt/, na qual, além de informação relevante, se encontra um conversor ortográfico, que nos ajuda. Também se pode consultar o VOLP brasileiro a partir da página da Academia Brasileira de Letras.

Referências

- Casteleiro, João Malaca (2009). *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- Castro, Duarte & Leiria, orgs. (1987). *A demanda da ortografia portuguesa: comentário do acordo ortográfico de 1986 e subsídios para a compreensão da Questão que se lhe seguiu*. Lisboa: Sá da Costa.
- Correia, Margarita (coord.) (2010). *Vocabulário ortográfico do português*. Lisboa: Instituto de Linguística Técnica e Computacional, disponível em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org>.
- Estrela, Edite (1993). *A questão ortográfica: reforma e acordos da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Feytor Pinto, Paulo (2009). *Novo acordo ortográfico da língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Gomes, Francisco Álvaro (2006). *Ortografia para todos: para [ensinar] a escrever sem erros*. Porto: Edições Flumen; Porto Editora.
- Gomes, Francisco Álvaro (2008). *O acordo ortográfico*. Porto: Edições Flumen; Porto Editora.
- Gonçalves, Maria Filomena (2003). *As ideias ortográficas em Portugal: de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gonçalves Viana (1885). *Bases da ortografia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Janssen, M. et alii (2008). *Vocabulário - As palavras que mudam com o acordo ortográfico*. Rio Tinto: Editorial Caminho.
- Português exato*. Porto Editora, disponível em (contém um conversor ortográfico): <http://www.portuguesexato.pt>.

Fontes das imagens

Cepeda, Isabel Vilares (Coord.). *Inventário dos Códices Iluminados até 1500* [CD]. Lisboa: Biblioteca Nacional - **Imagem 1**: Vol. I - 151 PRISCIANUS, fl. 520-540 BN, ALC. 78: Pert.: Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. **Imagem 2**: Vol. I - 166 OSBERNUS DE GLOUCESTER, fl. 1150 BN, ALC. 151: Faltam fólhos no final. - Pert.: Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. **Imagem 3**: Vol. I - 333 PAPIAS, 10--BN, ALC. 424-426: Enc. original. - Pert.: Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. **Imagem 4**: Vol. II - 26 PAPIAS, 10, cfr. cód. alcobacenses 424-426 da BN. **Imagem 5**: Vol. II - 145 DOMENICO DA SAN GEMIGNANO UCBG - Ms. 722-723 - Manchas de acidez. - Enc. em pele com o super-libros da Livraria da Universidade, mutilada nos cantos e na lombada. - Pert.: Jean du Chastel, "evesque de Carcassone" (séc. XV). **Imagem 6**: Vol. I - 222 PEDRO LOMBARDO, ?-1160 BN, ALC. 235: Not. marg. de letra vária. - Pert.: Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. **Imagem 7**: Vol. I - 108 CANCIONEIRO DA AJUDA, BAJUDA, Cancioneiro da Ajuda: Not. marg. - Enc. com pastas de madeira revestidas de couro castanho escuro, lavrado, vestígios de fechos. - Pert.: Colégio dos Nobres. **Imagem 8**: Vol. I - 46 DINIS, Rei de Portugal, 1261-1325, ANTT, Fragmentos, cx. 20 (C.F.): Perg. muito fragilizado por ter servido de encadernação ao livro com a cota Cart. not. Lx. 7A, cx. 1, maço 1, livro 3, e esmaecido com prejuízo do texto e da notação musical; rasgões e perfurações. **Imagem 9**: Vol. I - 342 ISIDORO DE SEVILHA, Santo, ca 560-636, BN, ALC. 446: Not. marg. com figuras de animais. - Enc. da época. - Pert.: Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. **Imagem 10**: Vol. II - 260 ISIDORO DE SEVILHA, Santo, ca 560-636, BPMP - Ms. 21 [Santa Cruz 17] - Not. marg. - Enc. com pastas de madeira revestidas a pele, muito deteriorada. - Pert.: Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (Santa Cruz 17). **Imagem 11**: Vol. II - 196 VOCABULARIUM BPADE - Pasta 1, doc. 35 e 37 - Mutilações e perfurações afectando o texto e a iluminura; manchado e fragilizado. **Imagem 12**: Vol. II - 514 VOCABULARIUM, BN - MSS. 258, nº 38 - Vincado por ter servido de encadernação. **Imagem 13**: Vol. II - 540 VOCABULARIUM BN - S.C. 150 A. (guardas) - Rasgado e cortado no canto superior esquerdo; deteriorado e colado por servir de guardas. **Imagem 14**: Vol. I - 66 PORTUGAL. Leis, decretos, etc. ANTT, N.A. 1 (C.F.): Not. marg. - F. 77 a 109 de data posterior (século XVIII). - Alguns fólhos deteriorados e ilegíveis por acção da humidade. **Imagem 15**: *Árvore da Gramática* in *Grammatices Rudimenta* (c. 1540) de João de Barros. **Imagem 16**: *Rosto da Gramática* de Fernão de Oliveira, impressa por Germam Galharde em 1536. **Imagem 17**: *Gramática* atribuída a João de Barros, publicada em 1539.

Ficha Técnica

Direcção: Jerónimo de Matos
Redacção: Ernesto Fernandes (Coord.), Edite Prada, Feliciano Oleiro, Maria Carreiras, Paulo Eufrásio, **Designer Gráfico e Paginação:** Joaquim Ribeiro e Sónia Tomás, **Copy Desk:** Sónia Tomás
Depósito Legal: 284511/08
ISSN: 1647-1075
Redacção e Administração: Rua Conde Ferreira, 2800-077 Almada
Telefone e Fax: 212743928
E-mail: apcalmada@sapo.pt